# TEXTO APROVADO PELA PLENÁRIA SINDICAL DO SINTEGO 2019

## 16 e 17 de Agosto

Local: Auditório Jaime Câmara
(Câmara Municipal de Goiânia)

SINTEGO
GENTE QUE TRABALHA A EDUCAÇÃO
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS
filiado à CNTE CUT BRASIL

Site: www.sintego.org.br . E-mail: sintego@sintego.org.br
www.facebook.com/sintego . www.twitter.com/sinteg
Telefone: (62) 3291-8383 Fax: (62) 3291-8820

EDUCAÇÃO PÚBLICA EU APOIO
SOMOS FORTES SOMOS CUT BRASIL
SINTEGO 31 ANOS

# Direção do Sintego

***Gestão 2017/2021***

**Presidenta:** Maria Euzébia de Lima (Bia) - **Vice-presidente:** Roberto Borges de Oliveira - **Secretário--Geral:** Ludmylla da Silva Morais - **Tesoureira-Geral:** Iêda Leal de Souza - **1º Tesoureira:** Ana Luiza Lima de Sena - **Secretário de Imprensa e Divulgação:** Napoleão Batista Ferreira da Costa - **Secretária para Assuntos Educacionais e Culturais:** Marcia Pereira Melo - **Secretária de Formação:** Meibb de Souza Santos Freitas - **Secretário de Políticas Sociais:** Delmo da Silva - **Secretária para Assuntos do Pessoal Administrativo:** Suely Correia Sales Coutinho - **Secretária de Organização do Interior:** Lucieny Alves dos Santos - **Secretária dos Aposentados:** Elisabeth Machado de Morais - **Secretária da Igualdade Racial:** Roseane Ramos Silva dos Santos - **Secretária da Mulher:** Marta Marcelina da Cruz - **Secretário da Juventude:** Adílio Silva Santos - **Secretária da Diversidade Sexual:** Jalmerinda de Fátima Nunes - **Secretário de Saúde do Trabalhador:** Maria Ferreira Ribeiro - **Depto. de Eventos:** Marlus Nobre Di Alves G. Lacerda - **Depto. de Readaptados de Função:** Marilza Santos - **Depto. de Acompanhamento dos Conselhos:** Geraldo Porfírio Pessoa - **Diretores:** Marcia Silva Toledo Moreira, Marlene Gonçalves Bezerra, Rosimeire Furtado da Silva, Maria Margareth Pinheiro e Silva, Leise Miriam Andrade Lenza Rosa, Lilian Jaqueline de Oliveira S. Ribeiro, Sônia Maria Matheus de Barros.

# Presidentes/as das Regionais Sindicais:

**Águas Lindas:** Paulo Teles Martins - **Anápolis:** Alibertina Eulália de Queiroz - **Aparecida de Goiânia:** Valdecy Português **- Aragarças:** Kátia Silene Martins Cabral - **Campos Belos:** Leiva Márcia Rodrigues de Almeida - **Catalão:** Gilberto Caetano de Brito - **Ceres/Rialma:** Elda Mormandes dos Santos - **Cidade de Goiás:** Luiza Valério Cintra - **Formosa:** Irani de Sousa Pires- **Goianésia/Jaraguá:** Rosária Nogueira - **Goiatuba:** Lucimar de Sousa Cunha - **Inhumas:** Joana D'Arc Cardoso Lourenço - **Ipameri:** Claudimira Damasceno Bastos - **Iporá:** Elizabete Maria Rocha Silva - **Itaberaí:** Diosmar Batista da Silva - **Itapaci:** Senilda Leopoldina Gomes - **Itapuranga:** Ronivon Sebastião de Carvalho - **Itumbiara:** Dulcinéia Pereira - **Jataí:** Rosa Helena Lemes - **Jussara:** Soraya Maria da Silva Amorim - **Luziânia/Valparaíso:** Cláudia de Sousa Vieira Albernaz - **Minaçu:** Rosa Barbosa Coelho - **Mineiros:** Coriolano Ferreira - **Morrinhos/ Caldas Novas:** Agnaldo Quinta Junqueira - **Palmeiras de Goiás:** Cristiane Narciso da Silva - **Piracanjuba:** Claudinei Divino Alves - **Planaltina de Goiás:** Gilmar Francisco Barrense - **Porangatu:** Sebastião Mendes Júnior - **Posse/Alvorada:** Cleunice Araújo - **Quirinópolis:** Eliedes Francisca da Silveira - **Rio Verde:** Valdemar Paula da Silva Filho - **São Luis de Montes Belos:** Eurípedes Barra - **São Miguel do Araguaia:** Suêdes do Rosário Lopes - **Silvânia:** Renildes Aparecida Pereira Paula - **Trindade:** Marlene R. de Oliveira - **Uruaçu:** Maria Geralda Ferreira

# Apresentação

Este é um documento resultante das discussões e análises e aprovado pela Plenária prof. Julio César, com a contribuição de mais de 400 delegados/as de todo o Estado, que participaram do evento, ocorrido nos dias 16 e 17 de agosto de 2019.

De acordo com o Estatuto do SINTEGO, a Plenária é a terceira maior instância do sindicato, composta pela Diretoria Central, pelos/as presidentes/as das Regionais Sindicais, por um coordenador zonal e por representantes eleitos/as na proporção de 1 (um), para cada 100 (cem) trabalhadores/as sindicalizados/as em cada Regional Sindical.

São atribuições da Plenária aprovar os diversos pontos que se encontram neste documento, como o plano de lutas, as campanhas reivindicatórias de seus/suas sindicalizados/as nos planos educacional, econômico, social, cultural e político, além da prestação de contas, plano orçamentário e calendário de atividades com encaminhamentos.

Nesses 31 anos de história, o SINTEGO tem lutado bastante para manter os direitos da categoria, como um sindicato democrático que é, ter a participação de todos/as em suas instâncias o fortalece cada dia mais.

O SINTEGO agradece a participação e colaboração de todos/as que participaram da Plenária, e reitera seu compromisso na defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as da Educação do Estado de Goiás.

**Bia de Lima**
Presidenta do Sintego.

*Votação do documento base da plenária*

*Mesa diretiva na abertura da Plenária Sindical*

*Presidenta do Sintego, Bia de Lima, fala na abertura do evento*

*Votação do documento base*

*Reitor da UFG, prof. Edward Madureira fala sobre os cortes nos recursos da Educação e seus impactos na Sociedade*

# DA LUTA NÃO NOS RETIRAREMOS, NUNCA!

O Brasil vive uma conjuntura difícil! Tempos duros, economia em recessão, mais de 14 milhões de desempregados/as o que derruba o argumento que a Reforma Trabalhista iria estimular o crescimento e gerar novos empregos, somente retirou direitos trabalhistas e o desemprego aumentou... a democracia foi perdida, a cada momento uma ameaça colocando em risco a atuação de jornalistas, cientistas, professores/as e intelectuais que ousem expor sua visão de mundo e de Brasil.

A retirada de políticas públicas para a classe trabalhadora, desde a moradia, com o fim do programa Minha Casa Minha Vida, da farmácia popular com o corte na produção de medicamentos e de tantos outros programas sociais que são retirados todos os dias, deixando o povo cada vez mais pobre e no sofrimento. Principalmente com o fim do aumento real do salário mínimo. Somente aumentou o número de agrotóxicos liberados que irá envenenar ainda mais os alimentos. A cada dia direitos são retirados. O desmonte do Estado Brasileiro vem se dando a passos largos, com decretos e propostas a serem aprovadas que ferem o direito individual e coletivo da grande maioria deste país.

A população brasileira é instigada a se posicionar. Lados opostos estão em disputa o tempo todo. Um conflito permanente, quase sempre carregado de ódio, preconceitos, agressões que têm assustados muitos. Parte do silêncio da população pode ser compreendido de diferentes formas: decepção, medo, descrença e conformismo. Outra parte vai às ruas, expõe sua posição com coragem, se posiciona, cobra. Mas, ainda tem outra que acredita neste governo e espera que algo positivo aconteça! A esperança é a última que morre, diz o ditado!

2019 iniciou-se em clima de medo e tensão por parte da população trabalhadora que vinha usufruindo políticas públicas de inclusão social, acesso aos direitos civis e perspectiva de acesso à vida. Mudanças drásticas e ataques aos direitos, que prejudicam a classe trabalhadora tem efeito direto na qualidade de vida e na perspectiva futura, tais como a (Des)reforma da Previdência, cortes nos recursos da Educação, saúde, terras indígenas, meio ambiente, entre outros.

Temos a certeza que este atual governo não atende as demandas da classe trabalhadora, a maioria da população brasileira que são pretos/as, mulheres, pobres, lgbt, trabalhadores/as, que em parte pode ter se deixado enganar com promessas insanas, mas com os ataques diários, tem tido a certeza, que este governo não os representam !

## ATAQUES NA EDUCAÇÃO

A Educação, desde o início do governo de Jair Bolsonaro, tem sofrido ataques sucessivos. Já houve a troca do ministro que após posicionamentos desastrosos que, colocavam em xeque a própria LDB, foi trocado por outro que não está sendo diferente! Além de não ter uma proposta para a Educação brasileira, o governo faz cortes profundos nos recursos da Educação Básica e Superior, finda com programas importantes, estimula a perseguição aos/as professores/as, criando um campo minado que têm deixado temerosos/as os/as profissionais no exercício da profissão.

Além de cortes nos recursos do FUNDEB, das Universidades, na compra dos livros didáticos, no Fies, escolas estão sendo militarizadas e a cada dia nos deparamos com uma política pública sendo retirada! O que levou estudantes e profissionais da Educação a ocuparem as ruas do país, nos dias 15 e 30 de maio, 14 de junho e, agora, 13 de agosto/2019. A comunidade educacional tem feito grandes manifestações contra os cortes nos recursos da Educação, a retirada de diretos, o fim da aposentadoria, em especial dos/as professores/as.

# A REFORMA DA PREVIDÊNCIA – O FIM DA NOSSA APOSENTADORIA!

Na Reforma da Previdência o governo joga peso e dinheiro, oferecendo milhões em emendas parlamentares para obter os votos favoráveis dos/as deputados/as. Teve êxito!

Aprovada a proposta do governo na Câmara Federal, chegou a hora do Senado, que já deixou claro que pode ir além, pode incluir os estados e municípios no mesmo balaio. Saiba os principais pontos que atingem a todos/as:

- A aposentadoria integral será para uma minoria com capacidade de contribuir por 40 anos.
- A aposentadoria parcial, com valor rebaixado (60% da média de todas as contribuições) será inacessível para mais de 35% dos brasileiros, que nem sequer conseguem comprovar 20 anos de contribuição, seja pela exclusão social e racial, seja pela máquina de moer gente.
- O reajuste dos benefícios deixaria de ser corrigido pela inflação, ferindo os que mais necessitam, tirando aqui o desenho de uma Previdência Social e Solidária.
- A idade mínima para os/as trabalhadores/as (incluindo os/as administrativos/as da Educação) será de 62/65 anos, poderá ser de 64/67 em 2033, pois sempre que a expectativa de sobrevida aos 65 anos se elevar um ano, a idade mínima também subirá.
- A idade mínima para as professoras será de 57 anos e, para os professores, de 62 anos. Lembrando que, caso você queira aposentar integralmente, terá que contribuir por 40 anos, ou seja, quase ninguém se aposentará com essa idade.
- Cria-se a aposentadoria por invalidez de primeira classe (acidente no trabalho) e de segunda classe (fora do trabalho), cujos valores de benefício são distintos (respectivamente, 100% e 60% da média de contribuições).
- Igualmente, institui-se a pensão por morte de primeira e de segunda classe (que pode ser inferior ao salário mínimo).

- A "reforma" restringe o acúmulo de mais de uma aposentadoria e pensão.
- O conceito de "proteção à maternidade" é alterado para "salário-maternidade", o que vai restringir direitos.
- A "reforma" cria mais dificuldades para a aposentadoria de cidadãos com deficiência (a deficiência "leve" passa a exigir 35 anos de contribuição).
- Restringe-se o critério para o Abono Salarial (de dois para um salário mínimo), afetando mais de 20 milhões de brasileiros.
- Com isso, poucos conseguirão cumprir as novas regras e há o risco de uma corrida em massa para a proteção assistencial, que não exige contribuição. Como freio, a "reforma" ergue um muro de contenção fiscal, rebaixando o valor dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC) para 400 reais. Este benefício destinado ao/a idoso/a pobre cai de R$998,00 para R$ 400,00.
- A reforma aumenta a desigualdade!

*Observação: Sobre a regra de transição referente à Educação, o SINTEGO fará um documento posterior, detalhando as variáveis, com orientações aos/às aposentados/as acerca dos impactos que os/as mesmos/as poderão sofrer com as mudanças na Previdência e enviará para a sua escola.

## O Ontem e o Hoje da Educação em Goiás

Por mais que o SINTEGO tenha dito e publicado que o governo anterior não aplicava os mínimos percentuais de 25% na Educação, somente após a rejeição das contas dos governos passados pelo TCE ficou definitivamente esclarecido. Foram mais de 5 bilhões sonegados da Educação, isso somente nos últimos dois anos. Imagine o quanto poderia ter melhorado a escola pública se esse volume de recursos estivesse sendo aplicado de fato na rede?

Teríamos escolas com melhores condições de trabalho para os/as professores/as e atender melhor aos/as estudantes. Profissionais mais valorizados/as e qualidade melhor que advém destes investimentos. Teríamos uma escola mais moderna.

Mas, qual foi a reação da sociedade? Indignada? Infelizmente, não. Apática! Sem expressar sua esperança! Como se não a possuísse mais. Uma pena!

Mas, vamos aos dias atuais! O que mudou?

Até agora não recebemos o reajuste previsto na lei federal 11.738/2008. O piso dos/das professores/as não foi reajustado. Os/as servidores/as técnicos/as administrativos/as são os/as profissionais mais desvalorizados/as de todas as categorias. Nem o salário mínimo, o governo não paga! E ainda mais prejuízos vão tendo à medida em que se passam dois anos sem ter o reajuste que a data-base poderia minimizar!

A não aplicação dos 25% para a Educação continua. A conta única continua. O não repasse dos percentuais da Educação para a pasta não são feitos, a Secretaria de Economia controla e concentra em suas mãos os recursos para fazer as manobras que sempre foram feitas. Nada mudou. Mesmo com as declarações do TCE.

Estamos em agosto e até agora nada do Piso e Data-base, e, ainda pior, nada de respeitar o Estatuto do Magistério e as solicitações de progressões na carreira. Já se passaram dois anos e centenas de milhares de acesso de cargo não são concedidos num total desrespeito à lei que garante esse direito.

E mais... os contratos temporários, como ficam? O governo não se organiza para chamar um concurso público, como determina a Constituição Federal. Foram findos milhares de contratos agora em julho. Há um clamor nas escolas com a falta de professores/as, merendeiras e outros/as profissionais. É preciso realizar concurso público e recompor a carreira. Cadê o Ministério Público, que não toma as providências que são de sua alçada?

# GREVE para receber DEZEMBRO

2019 iniciou-se sem o pagamento da folha de dezembro, o atual governo culpabilizou a gestão passada com o argumento de ter herdado o estado quebrado. O SINTEGO buscou negociar desde os primeiros dias de janeiro o pagamento integral, sem parcelamento. O governo, tomou posse e chamou os sindicatos para dizer que pagaria o dezembro em 8 vezes, o que foi de pronto recusado.

O SINTEGO e o Fórum dos Servidores Públicos de Goiás, buscaram, por meio de inúmeras rodadas de negociações, resolver o impasse. No caso da Educação, o SINTEGO negociou com o governador, que iniciou o pagamento, atingindo 42% da categoria. Posteriormente, o governo não cumpriu com o que havia negociado, incluindo a Educação, junto com as demais categorias, mesmo esta tendo o FUNDEB e recursos vinculados. Diante do não cumprimento da negociação, o SINTEGO convocou a categoria que deflagrou a greve da Educação Estadual.

Mesmo com intensas negociações do Fórum dos Servidores Públicos de Goiás, do SINTEGO e a greve da Educação, o governo fez um escalonamento dos vencimentos, que durou seis meses. Em agosto, chegamos ao fim da novela que sacrificou profissionais que não tiveram garantido o seu direito de receber seu 13º salário e seus vencimentos dentro do ano trabalhado.

## PISO e DATA-BASE

O PISO é atualizado anualmente com base no percentual de crescimento do Valor Anual Mínimo por Aluno (VAA), referente aos primeiros anos do ensino fundamental. O reajuste é feito a partir do mês de janeiro aos/as professores/as da rede pública no início de carreira.

Chegamos em agosto de 2019 sem a aplicação do reajuste de 4,17% ao valor do piso que deve ser aplicado na carreira, tanto para ativos/as como aposentados/as. O governo ficou o primeiro semestre envolvido no pagamento de dezembro, insistindo em mostrar um Estado falido, até como uma forma de não cumprir/honrar compromissos e garantir direitos.

O SINTEGO vem trabalhando fortemente no sentido de garantir não apenas o PISO dos/as professores\as, mas fundamentalmente a DATA-BASE dos/as administrativos/as que, infelizmente, não foi respeitada no ano passado e que as negociações deste ano buscam contemplar. Segundo o DIEESE, seria o percentual de 2,79% em 2018 e mais 4,60% em 2019, num total de 7,39% de reajuste para os/as administrativos/as da Educação Estadual, onde a maioria ganha menos que o salário mínimo.

## AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

O auxílio-alimentação é uma conquista do SINTEGO e tem ajudado muita gente, principalmente os/as administrativos/as que têm o salário defasado e está há dois anos sem reajuste da Data-base. Pena que a lei não contempla os aposentados/as.

A lei inicial tinha tempo determinado e com isso todo final de ano esta se encerrava. Com muita luta e mobilização do SINTEGO, com o apoio dos/as deputados/as, a lei que autoriza o pagamento do benefício foi aprovada, desta vez sem data de validade, porém, ela foi aprovada em fevereiro e sancionada em março, deixando trabalhadores/as da Educação no prejuízo do recebimento do auxílio nos meses de janeiro e fevereiro. A atuação firme

do SINTEGO conseguiu colocar o benefício de volta no pagamento dos/as profissionais da Educação retroativo a fevereiro, que era para ter sido pago em julho, o que não aconteceu, será agora em agosto, segundo a SEDUC.

## RRF (REGIME DE RECUPERACAO FISCAL)

Em julho de 2019, a ALEGO recebeu o projeto proposto pelo governo estadual visando a obtenção de um autorizo para que o estado de Goiás aderisse ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), programa do governo federal que viabiliza auxílio fiscal aos estados em situação de calamidade financeira.

A Assembleia Legislativa irá discutir neste segundo semestre a proposta, para nós da Educação e para todos/as os/as servidores/as públicos/as é necessário ficar atentos/as e mobilizados,/as pois, entre outras medidas, a intenção é acabar com quinquênios, licença-prêmio e outros benefícios duramente conquistados. Como se já não bastasse o fato do governo Marconi Perillo, ter acabado com a Gratificação Titularidade de 30%, agora este governo busca de todas as maneiras achar mecanismos para reduzir ainda mais os minguados vencimentos dos/as profissionais da Educação.

É preciso que todos/as fiquem atentos/as e acompanhem o desenrolar dessas discussões na ALEGO, pois, a partir de agora, os rumos que as mesmas tomarem podem nos levar a mobilizações, no sentido de garantir direitos historicamente conquistados e que ninguém vai abrir mão. Fiquemos em alerta!

## REORDENAMENTO DA REDE

Com o passar dos anos a rede estadual tem vivido momentos difíceis, gerando preocupações aos/as profissionais, uma questão que a cada ano provoca reações diversas é o reordenamento da rede escolar.

Todo início de ano a SEDUC apresenta o fechamento de inúmeras escolas e neste ponto somos levados/as a pensar sob dois prismas:

- As condições da oferta/procura de vagas no sistema educacional, a modulação dos/as profissionais e condições de trabalho;
- A razoabilidade, a eficiência, o zelo com o bem público e a aplicação correta dos recursos, respeitando os direitos dos/as cidadãos/as;

O SINTEGO tem tido a postura de sempre buscar resolver os conflitos por meio do diálogo com a SEDUC e as escolas, intermediando e garantindo a modulação, a jornada de trabalho dos/as profissionais, a menor distância da escola aos/as estudantes, bem como, as condições de trabalho necessárias ao bom desempenho do ensino-aprendizagem.

Não se justifica uma escola que falta o básico: professores/as, merendeiras, pessoal da limpeza e especialmente estudantes, em duas escolas próximas uma da outra. Nestes casos, a junção destas escolas, poderá ajudar a viabilizar a garantia do direito à Educação aos/as estudantes e melhores condições de trabalho. Mas, para que isso aconteça é fundamental um planejamento estratégico e respeito a comunidade escolar, por parte da SEDUC. Sem estes princípios, vamos continuar a conviver com mazelas e poucos resultados, e a culpabilizar os/as profissionais da categoria sempre que as coisas não vão bem.

O SINTEGO reafirma que permanecerá atento, pois não aceitaremos o reordenamento em escolas que

atendam aos dois prismas levantados neste documento!

Planejar para melhorar! Este é o caminho.

## FUNCIONÁRIOS/AS ADMINISTRATIVOS/AS

Depois da cobrança incisiva do SINTEGO, a SEDUC criou uma comissão encarregada de construir um novo Plano de Carreira dos/as Administrativos/as da Educação do Estado. Uma vez que o Plano em vigência está extremamente ultrapassado. O SINTEGO compõe a comissão com sua presidente a professora Bia e a secretária dos administrativos, Suely Coutinho. A proposta é de uma reestruturação que respeite a formação e as funções, bem como, uma nova tabela de vencimentos que possa ser mais atrativa para estes/as profissionais.

## CONCURSO PÚBLICO

É preciso urgentemente de concurso público na rede estadual para recompor os quadros do magistério público e administrativos da Educação. São 9 anos qsem a realização de certame para repor o déficit de mais de 10 mil professores/as. Já para os/as administrativos/as são mais de 20 anos sem concurso nas diversas funções, faltando mais de 8 mil profissionais.

A política utilizada pelos governos anteriores não ajudou em nada a Educação. Muito pelo contrário, é uma economia que joga ao chão a qualidade, pois a rotatividade alta dos/as profissionais, sem qualificação nenhuma, muitas vezes, a falta de experiência e o salário baixo têm feito da Educação apenas um bico. O prejuízo é dos/as estudantes e da sociedade!

Hoje menos da metade da categoria é de efetivos/as. A cada ano o número de profissionais que se aposenta é enorme e o governo não abre concurso público como exige a Constituição Federal. Estamos travando um diálogo com a Secretária de Educação que acena para a possibilidade de até o final do ano abrir edital. Vamos trabalhar para isso, quem ganha é a Escola Pública de Qualidade.

## EJA

A SEDUC lançou uma portaria em 19 de julho que suspendia a abertura de novas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). O documento além de suspender a abertura de novas turmas na modalidade para o segundo semestre de 2019, criou o EJA-TEC. Esta portaria foi revogada. Uma nova Portaria nº 2976/2019 – SEDUC, publicada em 03/08/2019, determina que, no segundo semestre de 2019, seja implantada a modalidade de EJA-TEC, à distância, para turmas de primeiro período, da terceira etapa, no noturno, em 9 Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino do Estado de Goiás, as quais serão polos, nomeadas Escola-Polo, possibilitando as ma-

trículas de estudantes residentes em qualquer região de Goiás ou, ainda, de outras Unidades Federativas do país. As escolas estão distribuídas nos municípios de Anápolis, Catalão, Iporá, Formosa, Goiânia, Morrinhos, Piranhas e Ceres. A portaria estabelece ainda que, nas demais unidades escolares novas turmas de EJA, sejam efetivadas, regularmente, na categoria presencial, desde que a escola tenha autorização de funcionamento, de acordo com os critérios definidos pela Resolução CEE/CP n.03, de fevereiro de 2018, do Conselho Estadual de Educação – CEE/GO conforme as demandas de estudantes.

Isto gerou uma instabilidade entre os/as profissionais que trabalham na modalidade EJA e nos/as estudantes, levando o SINTEGO a intervir e intermediar um diálogo junto com o Fórum de EJA e a Secretária da Educação, buscando minimizar os efeitos advindos desta Portaria.

O SINTEGO reafirma sua defesa aos estudantes e trabalhadores/as da EJA (tanto no Estado, quanto nos municípios) e do Ensino Médio Noturno, afirmando que não aceitará o fechamento de turmas com estudantes frequentes ou que estudantes sejam submetidos a viagens para outros municípios para assegurarem seu direito de estudo, por falta de condições na sua municipalidade. Continuemos na luta!

## IPASGO

Foi aprovado no dia 11 de junho do corrente ano, por maioria de votos (5 a 4) do Conselho Deliberativo do Ipasgo (CDI), o reajuste de quase 22%, a partir de julho. O reajuste foi aplicado para o piso e o teto, bem como, para os/as agregados/as e ex-servidores/as, que optaram pelo plano por faixa etária, ou seja, por cálculo atuarial. Demais usuários/as do Ipasgo que optam pelo desconto em folha, a partir de percentual fixo, não sofreram alteração nos valores, pois neste caso, as variações aconteceram apenas quando houve reajuste nos salários.

O SINTEGO atuou firmemente para impedir esse percentual de reajuste altíssimo, no entanto, o governo, por ter a maioria no CDI, desrespeitou a posição das entidades representativas dos/as servidores/as públicos, aprovou e implementou este reajuste, ocasionando um prejuízo para os/as trabalhadores/as que se quer tinham recebido o salário de dezembro. O sindicato entrou na justiça, para impedir este aumento absurdo! Aguardamos deferimento.

Outra questão pertinente ao Ipasgo, diz respeito ao Hospital do Servidor Público. Este encontra-se em fase final e o Fórum em Defesa dos/as Servidores/as e Serviços do Estado de Goiás, do qual o SINTEGO faz parte, tem lutado com suas entidades na defesa do Hospital, uma vez que o Estado manifestou o desejo em transformá-lo no novo Materno Infantil. Neste sentido, o SINTEGO manifestou-se incisivamente contra a aceitação, pois o Hospital foi construído com recursos dos/as Servidores/as Públicos/as e não contou com recursos do governo estadual. A luta segue na defesa dos/as servidores/as, para que tenham seu hospital garantido.

O SINTEGO está na luta em defesa dos convênios feitos entre o IPASGO e os municípios do Estado, com vistas à garantia da manutenção ao direito à Saúde dos/as servidores públicos dos municípios conveniados, como também tem defendido o direito dos/as trabalhadores/as dos ITEGOS quanto à adesão ao IPASGO.

# CALENDÁRIO 2020

Em junho/2019, a Secretária da Educação esteve em audiência no SINTEGO e apresentou uma proposta de calendário escolar para 2020. O SINTEGO encaminhou às escolas e recebeu diversas sugestões de mudanças que foram acatadas pela secretária Fátima Gavioli, onde constam: ampliação de dias de recesso no início do ano, com o retorno dos profissionais em 27 de janeiro; a semana de acolhimento e planejamento escolar; a extensão da semana do saco cheio, em outubro, para todo estado, que agora passa a ser intitulado, “Semana Feliz”.

O SINTEGO fez considerações sobre o número de sábados coletivos e, solicitou que estes sejam momentos de formação continuada, ocorrendo somente em um turno.

Nas alterações, o SINTEGO sugeriu que o planejamento tenha início no dia 27 de janeiro e que o encerramento do ano letivo seja em 18 de dezembro.

A proposta de calendário encontra-se em tramitação no Conselho Estadual de Educação (CEE) e aguarda aprovação do mesmo.

"Uma das coisas importantes da não violência é que não busca destruir a pessoa, mas transformá-la."
- Martin Luther King

A campanha "A Educação pede Paz" foi lançada pelo SINTEGO no dia 16 de maio, no Colégio Estadual Céu Azul, em Valparaíso. A data marcou o retorno das aulas na instituição após o professor Júlio César Barroso de Sousa ser morto a tiros por um aluno, na unidade escolar, no dia 30 de abril.

Em maio, o SINTEGO entregou em mãos o Projeto da Campanha Educação pede Paz que propõe a construção coletiva de ações que reestabeleçam as relações democráticas no ambiente escolar.A escuta ativa é fundamental neste processo de construção de possibilidades e rearticulação da rede de proteção a todas as pessoas que circulam no ambiente escolar.

O SINTEGO propõe escutar a categoria, estudantes e comunidade por meio do SINTEGO ITINERANTE, fortalecendo as propostas apresentadas pela direção central, culminando em um Seminário propositivo de ações em rede para efetivação das propostas apresentadas, fomentando a instauração do Fórum Intersetorial Educação pede Paz.

Consideramos, neste momento, de fundamental importância a criação de um Observatório da Violência que consistirá em instrumento de registros de denúncias oriundas das Unidades Escolares, artigos relevantes, relatos de experiências e análise de dados coletados. O Observatório terá por objetivo mapear as diferentes violências manifestas nas Escolas, bem como subsidiar o Fórum Intersetorial na condução das ações e intervenções, um canal de comunicação direta e fortalecimento da Rede.

## BASILEU FRANÇA, ITEGOS E OS

Os ITEGOS (Institutos Tecnológicos de Goiás) foram entregues, por meio de edital, às Organizações Sociais (OS). Depois desta terceirização os prejuízos foram grandes aos/as profissionais que no ano de 2018, só receberam seus salários atrasados, chegando ao absurdo de ficarem sem receber por mais de três meses, não terem seu FGTS depositado e conviverem com demissões no final do ano.

Contratados/as em regime celetista, mas pagos com o dinheiro público, esses/as trabalhadores/as vivem o dilema dos atrasos constantes dos salários, condições de trabalho altamente precarizada, retirada da hora atividade e hora-aula contabilizada como hora relógio.

Em 2018, o SINTEGO, assume a representação e defesa destes/as trabalhadores/as em Educação e de lá para cá muitas tem sido as lutas para a garantia de direitos de todos/as. Em Assembleia chamada pelo sindicato, a categoria deflagrou greve e várias foram as manifestações contra o atraso no repasse por parte do governo e das OS. Nessa atuação do SINTEGO junto aos ITEGOS, o ITEGO em Artes Basileu França, tem sido o "carro chefe", até mesmo por ser o maior dos ITEGOS. A OS CEGECON tentou impedir a atuação firme e forte do SINTEGO, contestando judicialmente o direito do sindicato representar estes/as profissionais. O que foi derrubado na justiça!

Agora, com a liminar que reconhece o SINTEGO, como representante legal desta categoria, o sindicato concentra esforços na consolidação de um acordo coletivo, que regulamente as relações de trabalho nos ITEGOS, tratando das especificidades destes espaços educativos, bem como, resguardando os direitos destes trabalhadores/as.

Esta é uma realidade nova para o SINTEGO, para os/as profissionais e até mesmo para o governo. A regulamentação das relações de trabalho com o empregador requer muitos estudos e dedicação para resguardar aos/as profissionais os seus direitos. O SINTEGO tem atuado de forma consistente e muitas ações já foram ganhas! Precisamos filiar e cuidar dos demais ITEGOS!

# REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA – SITUAÇÃO ATUAL

## PISO

A Rede Municipal de Educação este ano inicia-se com o anúncio, por parte do Prefeito de Goiânia, do pagamento do Piso Salarial dos professores referente a 2019, no percentual de 4,17%. O que descontextualizado poderia parecer o cumprimento do que preconiza a Lei Nacional do Piso (Lei nº 11.738/2008) e a Lei Municipal do Piso (Lei nº 9.528/2015 ), na verdade, evidenciou a quebra do que foi proposto pelo Secretário de Finanças ao SINTEGO e aceito pela categoria, no final de 2018, que seria a negociação e pagamento do Piso de 2018 e 2019 juntos, o que não ocorreu. Ou seja, foi dado um calote e o município de Goiânia, deixou de aplicar 6,57% na carreira dos/as professores/as.

O SINTEGO, propôs ao prefeito negociar o percentual de 6,57%, mas isso também não ocorreu até o presente momento. O SINTEGO, impetrou a ação coletiva junto ao poder judiciário, com vistas a garantir este direito dos/as professores/as. Continuamos cobrando, o direito líquido e certo.

## IMAS

No mês de fevereiro/2019, foi efetivada pela gestão municipal, uma conquista significativa do SINTEGO para os/as professores/as do município que contribuíam com o IMAS (Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Municipais de Goiânia) e que possuem dois contratos de trabalho e a contribuição incidia sobre os dois vínculos.

Por meio da atuação da direção do SINTEGO com sua representação junto ao CONAS (Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia), conquistamos com muita luta e defesa qualificada, o direito de descontar a contribuição do IMAS, por parte dos/as professores/as em apenas um contrato.

A Luta dentro do IMAS, também pauta-se na garantia do direito a um atendimento de qualidade aos/as usuários/as e à cobrança para que a atualização dos/as médicos/as, clínicas, hospitais e laboratórios, seja realizada no site e aplicativo do Instituto.

O SINTEGO trabalha e defende os/as profissionais da Educação em todos os âmbitos.

## DOBRA E ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA

A Secretaria Municipal de Educação, no final de junho de 2019, passou a realizar o corte do pagamento das dobras ou acréscimos de carga horária dos PE-II, nos casos de afastamentos médicos e licenças, alegando falta de amparo legal, já que não há recolhimento previdenciário desta dobra. Nesse sentido, o SINTEGO tem trabalhado por um viés que resguarde os/as trabalhadores/as que se encontram realizando dobra ou acréscimo de carga horária, com vistas a garantir seu direito a tratamento de saúde, licença maternidade, dentre outros, bem como, receber o seu salário corretamente.

Como o Estatuto do Magistério é omisso no que se refere às dobras e acréscimos de carga horária e não incide neste recebimento desconto previdenciário, será necessário construir um amparo legal, objetivando evitar o imenso prejuízo que os/as profissionais da Educação estão tendo, sem se quer serem comunicados, pela prefeitura, numa falta de respeito e humanidade.

O SINTEGO dialogou com a SME na busca por saídas para os problemas gerados por estas medidas e esteve também reunido com o corpo jurídico do Sindicato, visando construir argumentações legais e medidas cabíveis, que possam solucionar o problema.

## EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

A falta de profissionais para atuar com educandos público-alvo da Educação Especial, tem gerado o adoecimento dos profissionais que encontram-se lotados nas instituições educacionais e estão sobrecarregados com o acúmulo de funções,

além da gritante precarização e negligência no atendimento aos educandos em questão.

Por vezes, o SINTEGO tem cobrado da SME, a necessidade de concurso público que garanta a contratação para suprir os déficts existentes, bem como, cobra a regulamentação em lei de cargos específicos para a atuação nesta modalidade.

## NOVO PLANO DE CARREIRA PARA ADMINISTRATIVOS/AS

Outra demanda extremamente importante para o SINTEGO, trata-se da discussão do Plano de Cargos e Salários dos/as Servidores/as Administrativos/as da Educação Municipal. Este, embora possua um avanço significativo, como: Progressão horizontal, vertical e titulação, precisa ser modificado, com vistas a melhoria da remuneração do/a servidor/a, os tempos das progressões, enfim, a valorização deste segmento. Em reunião com o prefeito, o SINTEGO, cobrou o início das discussões acerca desta demanda. O Prefeito se comprometeu a marcar nova reunião envolvendo os chefes das pastas da Educação e Finanças para que esse diálogo avance.

## PROGRESSÕES/ TITULARIDADE/ ESTABILIDADE ECONÔMICA

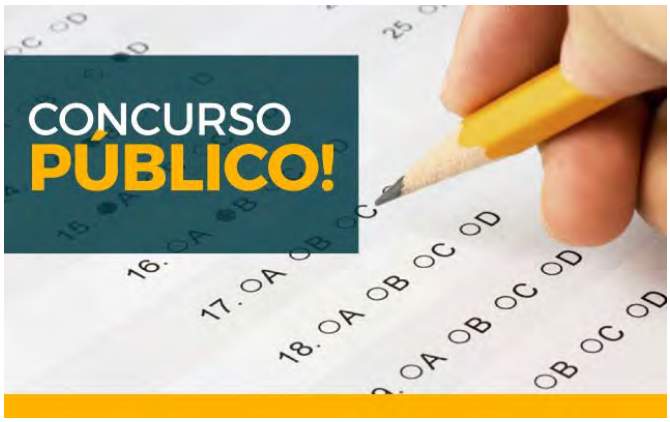
O SINTEGO tem buscado de forma insistente, garantir os direitos à progressão, titularidade e a estabilidade econômica ao longo dos últimos anos. No ano de 2018, foi negociado que a Prefeitura começaria a pagar as progressões.

Foi garantido o direito dos/as PE-II, no ano de 2019, às progressões referentes aos anos de 2016 e 2018. No entanto, embora o retroativo seja direito dos/das trabalhadores/as, uma vez que não foi pago no período correto, que segundo o Estatuto do Magistério seria no mês de setembro do ano da progressão, a gestão municipal reconhece, inclusive, em decreto do prefeito, porém, não paga o que é de direito dos/as profissionais.

Neste sentido, o SINTEGO irá impetrar uma ação civil pública, cobrando as diferenças das progressões ao Município de Goiânia, visando garantir o direito ao retroativo que o município não contesta, mas não paga. O SINTEGO orienta ainda, que todos/as os/as profissionais que possuem estes direitos que não estão sendo respeitados, façam a solicitação administrativa, com vistas a receber o retroativo, para que seu direito não prescreva.

Quanto à Titularidade e à Estabilidade Econômica, o SINTEGO tem cobrado da SME, no entanto, a resposta é que a SEMAD está fazendo uma operação "pente fino" em cada processo e a prefeitura estuda o impacto financeiro, mas que não se nega a pagar.

## CONCURSO PÚBLICO




Por conta dos altos déficts existentes na Rede Municipal de Educação (RME) e do grande número de desistentes no último concurso, bem como a

inauguração de vários novos CMEIS exige a abertura imediata de concurso público.

O SINTEGO no decorrer de 2018 cobrou incansavelmente da gestão municipal a prorrogação do concurso que estava em vigência com vistas ao chamamento de todos/as os/as aprovados/as. Como esse ato é discricionário do chefe da poder executivo, este optou pela não renovação apesar de todos apelos e cobranças do sindicato. Frente a esta realidade, passamos a cobrar insistentemente que a prefeitura abra concurso, pois não concordamos com a instituição de processo seletivo como mecanismo para fazer contratos temporários.

Durante a última audiência o prefeito Iris Rezende informou ao SINTEGO, que o processo já está aberto e o edital deverá ser publicado em meados de outubro/novembro de 2019.

A SME fez o levantamento e a projeção está em torno de 2000 vagas, sendo estas destinadas a profissionais técnicos/as administrativos/as e pedagogos/as.

**Seguiremos em LUTA!**
**Pela Democracia e por**
**todos os nossos direitos!**

# PLANO DE LUTAS

O SINTEGO comemora 30 anos com uma história de lutas, conquistas, proposições de políticas públicas para a sociedade e para a educação pública. A Plenária Sindical é uma instância importante e democrática de organização e estrutura do nosso sindicato, porque é um momento de revigorar as forças, avaliar metas, renovar compromissos e pensar a superação de desafios e demandas existentes para a sociedade e para o conjunto dos/as trabalhadores/as da Educação do Estado de Goiás.

A luta dos/as Trabalhadores/as da Educação e a organização autônoma e democrática do SINTEGO acumularam uma série de avanços que hoje estão em debate no cenário nacional:

- a gestão democrática, com eleição direta para diretores/as e conselhos escolares;
- a hora atividade para a preparação e avaliação pessoal e coletiva do processo ensino aprendizagem;
- a formação continuada dos/as profissionais;
- o piso salarial para os/as profissionais da educação;
- o programa de profissionalização dos/as funcionários/as de Escola, com oferta de cursos técnicos em nível médio que os/as transformem em profissionais da educação, Profuncionário e o financiamento da Educação Pública, etc.

Todos estes temas obtiveram avanços na última década, agora correm riscos e podem retroceder. O que faz aumentar a importância e o papel dos sindicatos na correlação de forças, se tornando ainda mais necessário nas lutas e articulações para garantir direitos, cumprir as metas do PNE, o PEE e PMEs. Um Sindicato que não se limita à sua pauta específica tem consciência dos seus desafios. Por isso, o SINTEGO, nesta Plenária Sindical, além de discutir, avaliar e propor, quer também refletir e encaminhar os desafios que têm marcado a história cotidiana dos/as Trabalhadores/as da Educação e da Educação Pública no Estado, pensando um futuro de superação frente aos graves fatos que ocorrem no momento atual do Brasil e de Goiás.

Por isso, estará na pauta estratégica do SINTEGO e no seu plano de lutas:

1. Acompanhar a execução do PNE - Plano Nacional de Educação, do PEE - Plano Estadual de Educação e dos PMEs - Planos Municipais de Educação, com vistas aos cumprimentos das metas propostas.
2. Apoiar as Regionais Sindicais nas atividades sindicais com os/as profissionais ativos/as e os/as aposentados/as.
3. Ampliar a participação do SINTEGO, junto a parceiros sociais, mobilizando a sociedade e a categoria na discussão e formulação de políticas públicas que promovam direitos sociais para a maioria da população.
4. Apoiar as lutas dos povos indígenas, quilombolas e dos movimentos dos/as trabalhadores/as rurais sem-terra, de mulheres, dos/as negros/as, LGBT que estão sendo atacadas a todo instante por este governo e outros.
5. Avançar no processo de organização do movimento sindical e unir forças aos movimentos sociais que lutam em defesa dos direitos dos/as trabalha-

dores/as para enfrentar os ataques deste governo.

6. Cobrar políticas de prevenção e tratamento aos trabalhadores/as acometidos/as por doenças laborais.
7. Combater a perseguição e criminalização dos movimentos sociais.
8. Consolidar uma Proposta de Política Educacional que atenda as demandas da população com Qualidade Social, tendo como parâmetro as metas estabelecidas nos Plano Nacional, Estadual e Municipais de Educação.
9. Continuar fortalecendo os coletivos e incentivar a criação de novos, para que atuem como meio de promover o debate de construção de políticas públicas e respeito à diversidade de pensamento.
10. Defender os serviços e servidores/as públicos/as, principalmente nas áreas da Saúde, Educação, Segurança e Previdência Social.
11. Desenvolver a Formação Sindical como ação permanente, visando qualificar a luta, fortalecer e ampliar o quadro de lideranças.
12. Lutar por políticas de incentivo e motivação da juventude para cursos de formação dos/as educadores/as.
13. Lutar por concurso público para professores e administrativos/as nas redes municipais e estadual.
14. Defender o Regime Jurídico Único para o funcionalismo público garantindo também aos "temporários" o direito a férias proporcionais e 13º salário, até que haja concurso público.
15. Elaborar uma proposta de Plano de Cargos e Carreira com parâmetros únicos para todas as redes municipais.
16. Fortalecer a relação do SINTEGO com outras instituições que lutam pelo bem-estar da coletividade.
17. Garantir assessoria às Regionais na implantação de regimes próprios de previdência nos municípios, para garantir a aposentadoria dos/as trabalhadores/as em educação.
18. Garantir assessoria jurídica permanente para assessorar as regionais com informações financeiras, dados e números nas negociações salariais.
19. Intensificar a atuação nas redes municipais visando à universalização das condições de piso, carreira e jornada com foco na valorização profissional e a inclusão dos/as funcionários/as da educação nos planos de carreira.
20. Intensificar e ampliar a atuação do SINTEGO para universalizar as condições de trabalho visando superar as diferenças de piso e jornada de trabalho entre as redes, com carreira única para todos/as os/as profissionais da educação (professores/as e servidores/as Administrativos/as).
21. Intensificar permanentemente a política de filiação.
22. Investir na eleição dos Representantes de Unidades Escolares visando a nossa Organização por Local de Trabalho (OLT).
23. Lutar para estabelecer data-base única para todos/as os/as integrantes da categoria: professores/as, funcionários/as, ativa e aposentados/as.
24. Lutar para garantir aos/as professores/as e funcionários/as administrativos/as contratados/as os mesmos direitos e vantagens dos concursados/as.
25. Lutar para garantir licença integral para estudos em nível de pós-graduação (mestrado e doutorado), na área de atuação ou correlata, sem prejuízo financeiro.
26. Lutar pela ampliação do atendimento a Educação Infantil em Centros Municipais de Educação Infantil.
27. Lutar pela democratização da Gestão Escolar nas redes municipais, com eleições diretas para diretor/a de escolas.
28. Lutar para garantir um Piso Salarial para os/as Funcionários/as Educação da rede estadual e das redes municipais, tendo como referência para quem tem o Profuncionário de nível médio e superior, o Piso Salarial Nacional do magistério (enquanto não se aprova do Piso específico).
29. Lutar para garantir valorização, respeito e dignidade aos/as professores/as readaptados/as e aposentados/as.
30. Lutar pela ampliação do Profuncionário para todos os municípios e redes (estadual e municipais) e para todos os Funcionários/as Administrativos/as interessados/as.
31. Lutar por melhores condições de trabalho e funcionamento das escolas em tempo integral, que atualmente, na maioria das vezes, tem funcionado precariamente.

32. Lutar pela garantia de formação continuada, capacitação e qualificação para efeito de benefício financeiro na carreira.
33. Lutar pela implantação de ações de formação continuada por meio de cursos de graduação, pós-graduação (mestrado e doutorado) e de programas de formação por área especifica de atuação.
34. Lutar pela implantação de uma política salarial, estabelecendo que o piso salarial estadual e das redes municipais, nunca seja inferior ao piso salarial nacional.
35. Lutar pela implantação do Profuncionário de nível superior para o grupo técnico-administrativo da educação.
36. Lutar pela implantação e manutenção de 1/3 da Jornada para atividades de planejamento para a rede estadual e as redes municipais conforme aprovado pela Lei do Piso Salarial (Lei n. 11.738/2008).
37. Lutar pelo fortalecimento da função da coordenação pedagógica.
38. Lutar por concurso público e ou nomeação de concursados/as sempre que houver 10% de vagas, tanto na rede estadual como nas redes municipais.
39. Manter a defesa dos princípios de autonomia e independência dos sindicatos, por um sindicalismo democrático, combativo e classista.
40. Manter a luta intransigente pela soberania e a democracia brasileira.
41. Manter a luta pela valorização profissional permanente dos/as trabalhadores/as em Educação do Estado de Goiás.
42. Participar em todas as mobilizações gerais organizadas e lideradas pela CUT e pela CNTE.
43. Promover o debate sobre o papel e a importância do Projeto Político Pedagógico das Escolas e buscar aplicá-lo com o objetivo de melhorar a qualidade da educação.
44. Protagonizar o debate educacional no espaço institucional e na comunidade escolar, formulando e divulgando as propostas e resoluções do sindicato.
45. Realizar encontros estaduais periódicos com os/as funcionários/as da educação; especialistas em educação e professores/as coordenadores/as; trabalhadores/as em educação das redes municipais, capacitação de conselheiros/as, aposentados/as, previdência, dentre outros que forem demandados pela categoria.
46. Lutar pela Reforma Agrária, com o objetivo de proporcionar a redistribuição das grandes propriedades de terra, os chamados latifúndios, como forma de garantir a função social da terra. Esse processo deve ser realizado pelo Estado, que compra ou desapropria grandes extensões de terra e promove a reforma agrária, redistribuindo em forma de pequenos lotes para famílias de trabalhadores/as rurais e de agricultores/as familiares.
47. Ser contra a o Regime de Recuperação Fiscal, que para o Estado obter ajuda do governo federal, promoverá congelamento de salários, de direitos como quinquênios, licença prêmios, de concurso público, de recursos com a educação, saúde, segurança, aumento da alíquota da previdência entre outras.
48. Defender a Petrobrás, como patrimônio do povo brasileiro, pois já perdemos o Pre-sal, os Royaltys do Petróleo como investimentos na Educação e Saúde. O Brasil não pode entregar suas riquezas naturais, como a Amazônia, o aquífero Guarani, entre outros
49. Ser contra a Reforma da Previdência, que propõe acabar com o direito da aposentadoria especial para professores/as e o aumento de tempo de contribuição para 40 anos para se aposentar com vencimento integral para todos/as os/as trabalhadores/as, entre tantos outros prejuízos.
50. Lutar permanentemente contra as Organizações Sociais – OS e a Militarização da Educação, que desvia recursos da educação, facilita a corrupção, precariza e terceiriza as relações de trabalho e enfraquece os sindicatos.
51. Ser contrários a qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores/as em educação e da classe trabalhadora.
52. Resistir aos ataques à democracia e cobrar a restituição da sociedade democrática de direito, derrotando os inimigos do povo e fortalecendo as mobilizações de rua.
53. Atuar incisivamente na questão relativa aos consignados, lutando na defesa do/da servidor/a público que está pagando seus empréstimos em dia e tendo prejuízos incalculáveis, uma vez que as prefeituras e Estado tem feito o repasse aos bancos com atraso.

# CALENDÁRIO DE ATIVIDADES DO SINTEGO 2019

## – 1º SEMESTRE –

### JANEIRO

03 - Reunião Fórum em Defesa dos/as Servidores/as e Serviços Públicos de Goiás
03 - Audiência com o Governador de Goiás e Fórum em Defesa dos/as Servidores/as e Serviços Públicos de Goiás
17 - Audiência com Secretária Estadual de Educação
17 - Audiência com o Governador/Jataí, Goiás
18 - Audiência com o Governador de Goiás
19 - Reunião da Diretoria Estadual do SINTEGO
21 - Reunião da Diretoria Central do SINTEGO
21 - Assembleia do Fórum em Defesa dos/as Servidores/as e Serviços Públicos de Goiás
22 - Reunião da Diretoria Central do SINTEGO
23 - Reunião do Conselho de Diretores/as do Estado de Goiás
23 - Paralisação com Rodada de Negociação do Fórum, na SEFAZ
24 - Reunião Fórum e Defesa dos/as Servidores/as e Serviços Públicos de Goiás
24 - Audiência Ministério Público do Estado de Goiás
28 - Audiência com Secretária Estadual de Educação
28 - Assembleia dos/as Trabalhadores/as da Educação da Rede Estadual de Ensino
29 - Audiência na Secretaria de Economia (SEFAZ): construção da tabela de cálculos para pagamento do mês de dezembro/18
30 - Reunião Comissão Técnica de elaboração de Estudo de Rede

### FEVEREIRO

1º - Posse dos/as Deputados/as Estaduais
04 - Audiência com Secretária Estadual de Educação
05 - Reunião Secretaria de Desenvolvimento (SED / SINTEGO / ITEGO Basileu França) / Pauta: O.S. na Educação
06 - Reunião do Fórum em Defesa dos/as Servidores/as e Serviços Públicos de Goiás com presidente do IPASGO
06 - Reunião com diretores/as da REE e presença da Secretária de Educação
07 - Reunião com Secretaria de Desenvolvimento (SED) - Pauta: O.S. na Educação
11 - Reunião da Diretoria Central (Liberados/as)
13 - Audiência com Secretária Estadual de Educação
14 - Audiência Ministério Público do Trabalho
18 - Assembleia dos/as profissionais da Educação do ITEGO em Artes Basileu França
19 - Reunião da Diretoria Estadual do SINTEGO
20 - Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora/CUT/CNTE, em São Paulo
20 - Vigília na ALEGO
21 - Vigília na ALEGO
22 - Reunião da Diretoria Central do SINTEGO

26 - Reunião do Fórum em Defesa dos/as Servidores/as e Serviços Públicos de Goiás
26 - Reunião da Diretoria Central do SINTEGO
27 - Banquetaço da Educação / CAE – Estadual
27 - ATO na Secretaria de Economia do Estado de Goiás/SEFAZ
28 - Reunião do Conselho Estadual de Previdência/CEP
28 - Assembleia dos/as Trabalhadores/as da Educação da Rede Estadual de Ensino

## MARÇO

07 - Audiência Fórum em Defesa dos/as Servidores/as e Serviços Públicos de Goiás /Secretaria de Estado de Governo
08 - Dia Internacional da Mulher – Ato no Terminal Praça A
11 - Reunião da Diretoria Central do SINTEGO (Liberados/as)
12 - Vigília na ALEGO
13 - Reunião Vereador Felisberto: Reforma da Previdência
13 - Vigília na ALEGO
15 - Audiência com a Secretária Estadual da Educação
16 - Audiência Pública sobre Reforma da Previdência, em Itumbiara
18 - Audiência Pública sobre Reforma da Previdência, em Iporá
18 - Audiência com o Governador de Goiás
19 - Vigília na ALEGO
19 - Reunião com procurador geral do Ministério Público
20 - Agenda vereador Oséias Varão
20 - Vigília na ALEGO
21 - Vigília na ALEGO
21 - Reunião do Fórum em Defesa dos/as Servidores/as e Serviços Públicos de Goiás
22 - Ato com carreata contra a Reforma da Previdência/SINTEGO/CUT/FórumPrev
22 - Seminário de Estudo sobre Privatização e Mercantilização da Educação/CNTE, em São Paulo
25 - Audiência Pública sobre a Reforma da Previdência/ Câmara Municipal de Goiânia – Iniciativa: Vereador Felisberto Feliz
26 - Reunião com sindicatos municipais e presidente da Câmara Municipal de Goiânia
26 - Reunião Ministério Público / SINTEGO / SEDUC
26 - Posse dos/as conselheiros/as municipais de Educação
27 - Fala do SINTEGO na Tribuna da Câmara Municipal
27 - Paralisação com Ato da Educação (ALEGO x Palácio Pedro Ludovico Teixeira)
27 e 28 - Seminário Nacional de Organização e Formação Sindical/CNTE – Curitiba
29 - Reunião do Conselho Nacional de Entidades/CNTE – Curitiba
30 - Audiência com secretária Estadual de Educação

## ABRIL

1º - Reunião da Diretoria Central do SINTEGO (Liberados/as)
1º - Assembleia da Rede Estadual de Educação/Palácio Pedro Ludovico Teixeira (início da greve)
1º - Ato Ditadura Militar (1964)
02 - Dia Mundial de Conscientização do Autismo
03 - Audiência Pública: Construindo em conjunto soluções contra a violência nas escolas/ALEGO

03 - Reunião com Secretária Estadual de Educação
03 - Audiência Pública UEG/ALEGO
04 - Audiência Pública sobre a Reforma da Previdência – Regional Sindical de Silvânia
05 - Reunião Ministério Público / SINTEGO / SEDUC
08 - Reunião da Diretoria Central do SINTEGO (Liberados/as)
08 - Agenda Manoel Elói, sobre contratos temporários
08 - Assembleia dos/as Trabalhadores/as da Educação da Rede Estadual de Ensino/Greve
10 - Reunião da Diretoria Central do SINTEGO
10 - Live: O POPULAR – referente à Greve na Rede Estadual de Educação
11 - Gleisi Hoffmann na CUT/GO
11 - Audiência Pública: Democracia e a Reforma da Previdência, FD/UFG
12 - Assembleia da Rede Estadual (suspensão da greve) / Vigília na ALEGO
15 - Reunião da Diretoria Central (Liberados/as)
16 - Sabatina na ALEGO, referente processo do CEE/GO
16 - Reunião do Coletivo LGBT/CNTE, em Curitiba
22 - Audiência Pública: Reforma da Previdência (PEC 06/19) e as perdas dos Direitos para trabalhadores da Educação
24 - Reunião do Fórum em Defesa dos/as Servidores/as e Serviços Públicos de Goiás
25 - Vigília na ALEGO
25 - Audiência Pública sobre a Reforma da Previdência – Regional Sindical Posse, em Alvorada do Norte
26 - Audiência Pública sobre a Reforma da Previdência – Regional Sindical Posse, em Posse
26 - Audiência SINTEGO/SEDUC
26 - Audiência SINTEGO / SED / CEGECON / BASILEU FRANÇA
29 - Almoço entre Fórum em Defesa dos/as Servidores/as e Serviços Públicos e Deputados/as Estaduais
29 - Vigília na ALEGO
29 - Reunião da Diretoria Estadual

## MAIO

02 - Audiência Pública sobre a Reforma da Previdência – Regional Sindical de Mineiros
03 - Visita do Fórum em Defesa dos/as Servidores/as e Serviços Públicos ao Hospital do Servidor Público
04 - Audiência Pública sobre a Reforma da Previdência / DIEESE
06 - Reunião da Diretoria Central (liberados/as)
06 - Audiência Fórum e Ministério Público de Goiás
07 - Discussão/estudo sobre Reforma da Previdência, na sede central
07 e 08 - Seminário Processos de Privatização e Mercantilização dos Ensinos Básico e Superior no Brasis, em São Paulo-SP
08 - Audiência Pública sobre Violência na Escolas, em Valparaíso de Goiás
08 - Audiência Pública sobre EAJA, na Câmara Municipal de Goiânia
08 - Sessão na Câmara Municipal de Anicuns – fala da presidente da Regional da Trindade sobre a retirada da titularidade dos/as trabalhadores/as da Educação municipais
09 - Agenda Ministério Público / Tribunal de Contas do Estado e Fórum
09 - Audiência Pública sobre a Reforma da Previdência – Regional Sindical Goiatuba
10 - Reunião com Trabalhadores/as do ITEGO Basileu França
13 - Abolição da Escravatura no Brasil

13 - Audiência Pública: Debatendo a Gestão Compartilhada nas Escolas Municipais e Militarizadas
14 - Audiência na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social / ITEGO Basileu França
14 - Live: O POPULAR – referente à Greve Nacional do dia 15M
15M - Greve Nacional em Defesa da Previdência Social e Contra Retirada de Direitos
16 - Lançamento do Projeto "A Educação pede paz", no Colégio Estadual Céu Azul, em Valparaíso de Goiás
22 - Audiência Pública sobre a lei 10.313/2019, estabelece diretrizes para a Política de Combate à Violência nas escolas da rede pública municipal de ensino
23 - 10º Congresso da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT), em Guarulhos, SP
27 - Audiência na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social / ITEGO Basileu França
28 - Reunião Conselho Estadual de Educação de Goiás e Fórum Estadual de Educação
28 - 1ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do IPASGO
28 - Audiência com Secretária de Economia/SEFAZ
29 - OAB – Reforma da Previdência
#30M - 2º ATO em defesa da Educação, em Goiás
30/31 - Encontro do Coletivo de Aposentadas/as/CNTE, em Curitiba

## JUNHO

03/04 - Encontro do Coletivo de Combate ao Racismo/CNTE, em Curitiba
03 - Audiência Pública sobre a Reforma da Previdência, em Goiânia, iniciativa Deputado Karlos Cabral
04 - Reunião Fórum em Defesa dos/as Servidores/as e Serviços Públicos de Goiás
05 - Audiência com o prefeito Iris Rezende
05 - Reunião Presidentes, Tesoureiros/as e Funcionários/as das Regionais Sindicais em Goiânia: treinamento do Sistema Financeiro
05 - Reunião Comissão de Servidores/as Administrativos/as do Município de Goiânia
07 - Audiência Pública: O futuro do FUNDEB em jogo, iniciativa Deputado Karlos Cabral
07 - Seminário: Ei, professor/as, você é doutrinador/a?, na FM/UFG
10 - Audiência com Secretária de Educação, no SINTEGO
10 - Audiência com Secretária de Economia/SEFAZ
11 - Discussão sobre o Plano de Carreira do/a Servidor/a Administrativo/a da Educação Estadual
11 - Instalação do Coletivo Jurídico Nacional da CNTE, em Brasília-DF
13 - Live: O POPULAR – referente à Greve Nacional do dia 14J
13 - Seminário: Políticas e Gestão da Educação – Novas Formas de Organização e Privatização, na FE/UFG
#14J - Greve Nacional da Educação
17 - Audiência SINTEGO / SEDUC / Deputada Adriana Accorsi e presença da Deputada Federal Erika Kokay, em pauta: A Segurança das Escolas Públicas de Goiás
17 - Audiência Pública: A Segurança das Escolas Públicas de Goiás, com as deputadas Adriana Accorsi e Erika Kokay
17 - Reunião sobre Avaliação de Desempenho, na SEDUC
18 - Mesa Redonda: Diálogos Abertos "O que nos une na defesa da Educação"/FE-UFG
24 - Reunião da Diretoria Central (Liberados/as)
24 - Reunião da Comissão do Plano de Carreira dos/as Administrativos/as, na SEDUC
25 - Audiência com o secretário de Estado da Casa Civil/Fórum
26 - CNE/CNTE, em Curitiba
27 - 9ª Conferência Nacional de Educação Paulo Freire, em Curitiba
28 - 9ª Conferência Nacional de Educação Paulo Freire, em Curitiba

## JULHO

1º - Reunião da Diretoria Central (Liberados/as)
1º - Audiência SINTEGO / SEDUC
02 - Reunião da Comissão do Plano de Carreira dos/as Administrativos/as, na SEDUC
09 e 10 - Reunião do Coletivo de Comunicação/Curitiba
15 a 26 - Congresso Mundial da IE – Bangkok/Tailândia

# CALENDÁRIO DE ATIVIDADES – SINTEGO/2019
# – 2º SEMESTRE –

## AGOSTO

1º - Início do Calendário Letivo – 2º Semestre
05 - Reunião da Diretoria Central do SINTEGO (Liberados/as)
06 - Audiência com a Secretária Estadual de Educação
06/07 - Reunião do Coletivo de Funcionários – Curitiba
07 - Reunião do Fórum em Defesa dos/as Servidores/as e Serviços Públicos de Goiás
07 - Plenária do SINTEGO – Escolha dos/as delegados/as aposentados da Educação
09 - 1º Encontro dos/as Aposentados/as de Quirinópolis
11 - Dia do/a Estudante
#13A - Paralisação Nacional em Defesa da Educação, da Aposentadoria, do Serviço Público e da Democracia, Praça Universitária, Goiânia
13 e 14 - 6ª edição da Marcha das Margaridas, em Brasília, DF
16 e 17 - Plenária Sindical do SINTEGO
21 - BNCC - Encontro de Pactuação do Regime de Colaboração para a Implementação do Documento Curricular para Goiás, Teatro da PUC/Goiás
23 - III Seminário Aberto - Pós-Doutorado - Políticas e Gestão da Educação: Novas Formas de Organização e Privatização, FE/UFG

## SETEMBRO

07 - Grito dos/as Excluídos
19 - Jornada Latino Americana de Luta em defesa da educação pública, gratuita, laica e emancipadora, contra a Mercantilização e Privatização: Rumo ao Centenário de Nascimento de Paulo Freire. Atividades nos Estados - Entidades sindicais, escolas, Universidades, movimentos sociais/CNTE
26 - Dia Nacional dos/a Surdos/as

## OUTUBRO

07 a 10 - 13º CONCUT "Lula Livre" – Praia Grande – SP
15 - Dia do/a Professor/a (Comemoração SINTEGO 30 ANOS)
18 e 19 - 15º Congresso Estadual da CUT Goiás, em Goiânia
28 - Dia do/a Servidor/a Público/a

## NOVEMBRO

14 - Dia Nacional da Alfabetização
20 - Dia da Consciência Negra (ABRAÇO NEGRO)

## DEZEMBRO

1º - Dia Mundial da Luta contra a Aids
01 e 02 - Encontro da Rede Mulheres IEAL/CNTE Curitiba
02 - Abertura do Encontro do Movimento Pedagógico Latino-americano (à noite)
03 e 04 - Encontro do Movimento Pedagógico Latino-americano/CNTE Curitiba
05 - Reunião da Diretoria Executiva (manhã) / Conselho Nacional de Entidades/ CNTE Curitiba
06 e 07 - Plenária Intercongressual da CNTE/Curitiba
13 - Encerramento do Calendário Letivo na Rede Municipal de Educação de Goiânia
18 - Encerramento do Calendário Letivo na Rede Estadual de Educação de Goiás

Obs: O Calendário do segundo semestre de 2019 não está fechado, podendo sofrer alterações. Fique atento/a e acompanhe as redes sociais do SINTEGO.

*Delegados/as realizam credenciamento antes do início da plenária*

*Mesa diretiva faz leitura do Documento Base no segundo dia do evento*

*Professor Abicalil traz os mais de 400 participantes do evento a refletirem a situação atual do país*

*Delegados/as lotam Câmara Municipal de Goiânia na plenária do Sintego*

*Delegados/as em pé para a execução do Hino Nacional, na abertura da Plenária*

SINTEGO 31 ANOS 1988 - 2019

**SINTEGO**
GENTE QUE TRABALHA A EDUCAÇÃO
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS

www.sintego.org.br
twitter.com/sintego
instagram.com/sintego
facebook.com/sintego